

## **Forró de Antão: Espaço de lazer e de tensão entre as camadas sociais da cidade de Campina Grande**

MAINARA DUARTE EULÁLIO \*  
LUCIANO MENDONÇA DE LIMA (coautor) \*

Quando trabalhamos cidade como cenário do nosso objeto de pesquisa, nos deparamos com múltiplos aspectos que este lugar proporciona. A cidade, lugar multifacetado, contribui para termos registros de espaços que envolvem o político, o econômico, o urbano, o social e o cultural que estão em constante diálogo no cotidiano através de um conjunto de experiências variadas.

No caso de Campina Grande, como a maioria das cidades brasileiras do século XX, passou por diversas ações modernizadoras que tiveram impactos diretos no cotidiano, costumes e na cultura dos seus habitantes. Ações estas que dizem respeito não só aos equipamentos ou estruturas físicas modernas, mas também a gama de ideal moralista de uma sociedade em “progresso” e em desenvolvimento que na verdade trouxe um maior controle social das camadas populares nas cidades ditas “modernas”.

O aspecto em destaque para este trabalho são as tensões e conflitos existentes na cidade de Campina Grande em meados da década de 1960 no que diz respeito ao lazer de certos cidadãos que para as vizinhanças do espaço de diversão seria uma afronta ao sossego e a moral da sociedade campinense.

---

\* Possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal da Paraíba (2009), Pós-Graduação *Lato Sensu* em História e cultura afrobrasileira pela Universidade Estadual da Paraíba (2011) e, atualmente curso o Programa de Pós-Graduação de História pela Universidade Federal de Campina Grande como mestranda-bolsista do Programa REUNI, tendo o Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima como orientador do projeto intitulado “Bate coxa em Campina Grande: A História Social do Forró na cidade do ‘Maior São João do Mundo’ (1947-1985)”.

\* Possui Pós-Graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (1989), mestrado em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (2001) e doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2008). Tem experiência na área de História, com foco em História, atuando principalmente nos seguintes temas: Escravidão, Escravos, Resistência, quebra-quilos, matriarcas e patriarcas negros, Paraíba oitocentista e ensino de História.

Neste trabalho, utilizaremos o Forró de Antão como um dos espaços da cidade de Campina Grande para práticas socioculturais do ritmo musical nordestino, popularmente chamado Forró. Este lugar era localizado no bairro da Liberdade frequentado em meados da década de 1960 por trabalhadores pobres, boêmios, desempregados, “mulheres da vida”, negros e outros grupos considerados marginalizados na época.

Antes de adentrar na fonte para analisarmos o Forró de Antão como espaço de expressões socioculturais do povo campinense, é interessante perceber que estudar este ritmo musical nordestino como prática popular rural ascendida na área urbana de Campina Grande, nos leva a refletir sobre as múltiplas experiências e vivências encontradas nos autores e admiradores deste estilo musical/ dançante que criam seus significados próprios a respeito da urbe e definem suas múltiplas formas de se apropriarem e de consumirem os diversos espaços que a cidade pode lhes oferecer, sejam os botecos, os cabarés, os lares, as feiras e/ou as festas da cidade.

O Forró surge com grande diversidade no interior nordestino como música instrumental, depois põe ritmo em crônicas de cordéis, em histórias que falam da cultura do Nordeste, da sua sociedade, dos seus costumes, de sua fala e torna a música que é conhecida hoje. Para Dreyfus (1996) é um ritmo que abarca do Baião, o Samba Nordestino, o Arrasta-pé ou Marcha, o Forró, o Rojão, o Xote, o Calango Mineiro, a Toada, o Coco ao Lamento Sertanejo. Dreyfus mostra que o Forró, abreviação de forrobodó, na década de 70 passou de um espaço onde iam dançar/festejar/brincar – iam para os bailes, sambas, arrasta-pés - para um estilo próprio, um gênero musical nordestino.

Para Napolitano (2005) a música popular, originada no final do século XIX e início do século XX, estar diretamente ligada à urbanização e ao surgimento de classes populares e médias urbanas. Entretanto, baseado na pesquisa de Dreyfus (1996), isso não aconteceu com o Forró. O Forró antes mesmo de chegar à urbe já havia o refulgo do fole ou de uma Rabeca gemendo nos cafundós dos sertões nordestino. Esse ritmo musical surgiu a partir das práticas populares dos “costumes em comum”, dos “de baixo” da zona rural.

Vale salientar que anterior à década de 1940, nas obras que tratam da música popular brasileira nada se fala na palavra Forró, não há referências significativas ao ritmo

institucionalizado como Forró. Esse ritmo só ganhará visibilidade a partir do Baião divulgado por Luís Gonzaga nas estações de rádio do Rio de Janeiro quando o Baião tornará o gênero precursor da música nordestina, popularmente chamada Forró.

Todavia, Dreyfus afirma que o termo Baião, sinônimo de Rojão, já existia antes do fenômeno Gonzaga. Designava, na linguagem dos repentistas do Nordeste, o fragmento ou trecho “tocado pela viola, que permite ao violeiro testar a afinação do instrumento e esperar a inspiração, assim como introduz o verso do cantador ou pontua o final de dada estrofe” (1996:110-112).

Nessa perspectiva, o Forró como prática sociocultural, numa mistura de estilos musicais/ dançantes, foi o meio condutor das sociabilidades e relações tensas e conflituosas dos homens do campo que teve início nos cafundós do sertão nordestino, mas não possuía a vestimenta que a indústria fonográfica dará nos anos 70 no espaço urbano.

O espaço da prática do Forró nos anos 40, 50 e 60 na cidade de Campina Grande foi considerado por alguns estudiosos lugares de desavenças e diversão. Todavia, na leitura de Souza (2006) essas tensões sociais não era algo vinculado apenas aos festejos populares, mas sim fruto de um conflito social entre classes sociais existentes na cidade daquela época. Para ele, a cidade possuía projetos diferenciados de como deveria está organizada e de como cada grupo social poderia utilizar os momentos de lazer e diversão.

Diante dessas questões, nosso trabalho engloba aspectos da historiografia social quando busca o conceito de Thompson (2001) para compreender as tensões geradas a partir do pertencimento de certos grupos sociais a um determinado lugar, no caso o Forró, como espaço identitário da expressão sociocultural da camada popular da cidade.

Thompson (2001) pensa a indústria moderna como resultado (histórico) da luta de classes. Ele submete a transformação das forças produtivas e do modo de produção ao desenvolvimento real, ou melhor, ao processo histórico da luta de classes. Recusa, assim, a ideia de alguns marxistas defensores da classe social como efeito resultante, determinante do modo de produção, mas sim como um processo histórico da luta de classes.

A História Social é marcada pelo maior posicionamento político direcionado aos interesses para as investigações da composição social, da vida cotidiana de pessoas comuns e

reais esquecidas na historiografia tradicional. Como mulheres, criados, operários, grupos étnicos, camponeses entre tantos outros. Entretanto, com base nos estudos de Thompson (2001) essa corrente vem contribuindo no desenvolvimento da historiografia, principalmente, no que diz respeito à história vista de baixo e à história do trabalho.

É importante destacar que “cultura” é um termo multifacetado que reúne variedades de atributos e atividades que podem confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Para Williams (2011) cultura é uma produção de significados e valores do modo de vida que dar sentido através das experiências e das forças sociais que movem a história. Nesse sentido, ele defende a cultura como uma força produtiva pertencente ao processo social que por sua vez não se reduz exclusivamente ao determinismo econômico.

Thompson (1998) aproxima-se de Williams quando defende também a noção de cultura como um conjunto de diferentes recursos, conflitos e contradições sociais e culturais existente nas relações sociais e, para ele a cultura só assume o papel de sistema quando sofre pressão forçosa. Para tanto, é necessário examinar com mais cuidado “os ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho” (1998:22). Pois os costumes presentes na cultura popular estão diretamente arraigados às realidades materiais e sociais da vida e do trabalho.

Dentro dessa perspectiva, buscaremos compreender a partir de duas matérias de jornais aspectos que ocasionaram tensões entre os frequentadores e o dono do Forró, sr. Antão, e moradores da circunvizinhança em bairro popular e residencial da cidade de Campina Grande no ano de 1966.

- **Forró: Espaço de diversão, música ou atentado ao pudor?**

Antes de adentrar na análise da fonte primária encontrada no jornal da época da cidade de Campina Grande, é necessário explicar o significado que a palavra Forró está

contextualizada no documento. Como foi explicado acima, o significado da palavra Forró vem do radical forrobodó que significa festança, baile caseiro, bem animado, com banquetes e bebidas, festejo popularesco e ruidoso. Mas também significa confusão, desordem, algazarra.

Para alguns artistas da música popular brasileira, contradizendo o que Dreyfus afirma, consideram a expressão Forró como algo diminutivo, pejorativo que o mercado da indústria cultural adotou para expressar o ritmo da música nordestina, pois seria uma forma de englobar todos os estilos musicais do Nordeste num ritmo só, o Forró. Dessa forma quem não conhece a fundo a música nordestina, acreditam que o Arrasta-pé, o Baião, o Xote, o Coco e a Toada, são tudo Forró, mas na verdade são estilos musicais diferentes porque possuem toques, batucadas em ritmos diferenciados.

Esclarecida essa questão, analisarei duas matérias de jornais que trazem a palavra Forró remetente ao espaço, à desavenças, a algazarra, já que essa expressão só torna estilo musical a partir da década de 1970 devida à presença mais intensa da indústria fonográfica.

A primeira notícia anuncia com o título “*‘Forró’ inquieta moradores da Liberdade*”, publicada em 6 de outubro de 1966 pelo jornal *Diário da Borborema*<sup>1</sup> produzido na cidade de Campina Grande, não havendo identificação do escritor da matéria. O jornal, nesta época, possuía oito páginas divididas em notícias sobre política, esportes, entretenimentos, crônicas, anúncios e matérias policiais.

A matéria analisada encontra-se como destaque da página policial. Essa notícia descreve o espaço onde ocorreram as reclamações por parte dos moradores da av. Liberdade e adjacências do bairro da Liberdade em Campina Grande como lugar representante da desordem, que provocava o atentado contra o pudor e perdia o sossego das noites, consideradas tempo para o descanso de pessoas trabalhadoras e do “bem”.

*Os reclamantes explicaram que o citado “forró” é na realidade uma inconveniente gafeira, que funciona aos sábados, domingos, e dias feriados, até u’a hora da madrugada (...). Finalizando, esclareceram que as famílias residentes nas redondezas de onde realiza o “forró” depois das 22 horas estão impedidas de ao*

---

<sup>1</sup> O Diário da Borborema foi o primeiro jornal diário instalado em Campina Grande no dia 2 de outubro de 1957, pertencente à cadeia dos Diários e Rádios Associados. A implantação do jornal na cidade foi uma promessa do seu fundador, o jornalista paraibano Assis Chateaubriand. Teve colaboradores como: Raymundo Asfora, Nilo Tavares, Stênio Lopes, Epitácio Soares, Osmário Lopes e Orlando Tejo.

*menos chegarem às portas ou janelas de suas residências isso porque logo se deparam com cenas que atentam contra o pudor e que se desenrola nas proximidades da gafieira* (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1966:5).

Diante disso, é notável que o lugar fosse um cabaré cercado por casas residenciais. O bairro da Liberdade no início da década de 1960 em Campina Grande tinha características de bairro proletário, assim como o Monte Santo, Moita, Cruzeiro, José Pinheiro, Bodocongó e Jeremias, no caso da Liberdade, foi devido às fábricas SANBRA, a ANDERSON CLAYTON e as Indústrias RIQUE que estavam localizadas nas proximidades das residências desses operários (SOUZA; 2002). Por ser um bairro operário tinha espaços pra feiras, residências, bares, cinema e outras áreas de lazer, como o Forró para que estes trabalhadores não morassem ou divertissem longe das redondezas das fábricas, pois quebraria a dinâmica do capitalismo caracterizado pela rápida produção e lucratividade das fábricas.

Esses Forrós eram espaços de lazer utilizados como momentos para fuga do trabalho, da rotina do dia, das desilusões amorosas ou amores platônicos. Durante a notícia, o escritor utiliza a palavra Forró entre aspas, o que nos remete ao sinônimo de espaço, desordem, desavenças, e não ao significado do ritmo nordestino quando nesta época a música nordestina estava sendo reconhecida nacionalmente através de forrozeiros como Luiz Gonzaga, Jackson do Pandeiro, Marinês e sua gente, entre tantos outros.

É interessante perceber que espaços privados frequentados por pessoas comuns, pobres ou pessoas incluídas no grupo dito como “marginalizados”, produzem pensamentos moralistas, culturais, disciplinador e idealizador por parte da elite e pela maioria da população no que diz respeito a lugares como o Forró de Antão que estava no meio residencial e familiar. Isso não quer dizer que pessoas da elite campinense não tinham comportamentos considerados “desviantes”, pelo contrário, tais pessoas tentavam superar ou resistir a esses limites impostos construídos por eles próprios, mas que eles mesmos não seguiam.

Dentro do contexto socioeconômico desta época em Campina Grande, Souza (2002) afirma que esses lugares não apareciam nos reclames promocionais da cidade, nem nas notícias jornalísticas que tentavam divulgar a grandeza da mesma para além de suas fronteiras, possuindo visibilidade apenas em crônicas e notícias policiais e nos processos judiciais como locais de crime e desordem.

É a situação em que deparamos com esta notícia policial onde o escritor divulga o Forró de Antão narrado pela vizinhança como espaço inconveniente, que inquieta os moradores e “fazem um apelo de público ao Delegado de Polícia de Campina Grande, a fim de que o mesmo tome uma providencia contra aquele abuso perturbador do sossego das famílias ali domiciliadas” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1966:5).

A partir desse trecho podemos perceber que nesta época os campinenses já estavam imbuídos das regras moralistas propagadas pela imprensa e pelas autoridades da cidade, os quais defendiam que o divertimento deveria ser controlado e contido para não prejudicar nos compromissos dos cidadãos em relação ao trabalho. Este sim, sinônimo de prosperidade e progresso para cidade e não o lazer desmedido e descontrolado.

Neste caso, os Forrós eram espaços de lazer considerados não sadios, onde trabalhadores não podiam frequentar porque interferiam no trabalho produtivo do dia seguinte, nem tão pouco suas famílias poderiam ser perturbadas com barulhos desses lugares. Segundo Souza (2002) eram “desviantes”, “desocupados” todos que não seguiam o projeto de desenvolvimento capitalista pensado para cidade e para o país.

Após doze dias da primeira matéria, o Jornal *Diário da Borborema* traz a resposta de sr. Antão, o dono do forró, para a então denúncia dos vizinhos moradores da av. Liberdade e adjacências e a resposta destes em relação a averiguação da polícia após denúncia. Assim como a outra notícia, esta também se encontra na página das notícias policiais com título “O ‘forró’ de Antão não tem jeito não”.

Um dos trechos da matéria diz que,

*por ocasião da primeira queixa feita por aquelas pessoas, e divulgada através da imprensa ao que estamos informados, o Delegado de Polícia tomou as primeiras providências mandando averiguar a veracidade da denúncia. Naquela ocasião, os queixosos perturbava o sossego das famílias e atentava contra o decoro público. Isso porque costumava funcionar até depois da meia noite, impedindo o sono das pessoas residentes nas imediações e o que é mais grave, ao terminar o baile, os seus frequentadores, na maioria das vezes em estado de embriaguez costumavam proferir toda a sorte de palavrões além de exhibir-se em cenas amorosas, em plena via pública (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1966:5).*

Visto isso, percebemos que tanto a polícia como a imprensa era conivente com o moralismo do mundo do trabalho sobre o mundo do lazer. Os forrós eram espaços onde trabalhadores, desempregados, “mulheres da vida”, pessoas comuns e pobres no geral, possuíam certa liberdade de manifestarem a sua maneira, sem haver controle, normas e regras a serem seguidas.

Numa sociedade excludente como a do mundo capitalista, a cidade de Campina Grande inserida nesse sistema socioeconômico e cultural não era diferente. Considerando isso, os espaços de lazer proporcionado pela cidade refletem essa desigualdade e exclusão social. A cidade não aceitava tipos de lugares como os Forrós porque afeiavam os bairros e não era sinônimo de progresso. As cenas amorosas, palavrões e embriaguez em plena via pública mostravam a falta de compromisso da população com o desenvolvimento da cidade.

Fatos como este exposto no jornal, demonstram o quanto a sociedade campinense vivia um período de tensões e conflitos entre as camadas populares e a elite local porque eram grupos sociais que se comportavam diferentes no seu cotidiano e possuíam costumes e cultura também distintas que estavam inseridas numa política de “modernização” da cidade.

Paralelo a isso, o sr. Antão apresenta a réplica relacionada a denúncia do jornal sobre seu forró,

*No dia imediato, a reportagem foi procurada pelo Sr. Antão que dizendo-se ser o responsável pelo referido “forró” contradisse os queixosos, afirmando que qualquer autoridade poderia visitar aquele baile, a qualquer hora da noite em que se realizava festas naquele recinto a fim de constatar “in loco” que tudo não passava de calúnias. Disse ainda a reportagem, que naquele local costumava realizar a sua “dança” três vezes por semana, ou seja às quarta-feira, aos sábados e domingos e que a mesma nunca ia além da meia-noite (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1966:5).*

Para sr. Antão, o Forró não passava de um local de diversão para população campinense ao contrário do pensamento da vizinhança, da polícia local e da imprensa. A fala do dono do estabelecimento, transcrita pelo escritor do jornal, se refere ao espaço como Baile e não como Forró, pois esta palavra carregava preconceitos e discriminação por parte dos que dominavam a elite campinense e eram tidos como lugares frequentados pela ralé, pelos pobres de Campina Grande.

Como meio para afirmar seu estabelecimento como um dos espaços de lazer da cidade, sr. Antão utilizou a palavra Baile, linguajar da elite para identificá-lo como espaço comum dos outros lugares mais frequentados por essas pessoas, mostrando seu Baile como lugar organizado detentor de ordem, regras e normas que não deveria sofrer restrições por estar proporcionando o lazer para os campinenses.

Com relação à acusação dos moradores da av. Liberdade sobre as injúrias públicas, a notícia traz o seguinte sobre fala de sr. Antão,

*Quanto à acusação de que os frequentadores do seu “fórró” faltavam com o decoro público, afirmou o sr. Antão que tal não era verdade, pois o seu “baile” contava sempre com a vigilância de soldados da Polícia Militar, exclusivamente para esse fim e que logicamente não iriam permitir que alguém proferisse palavras pornográficas e muito menos cenas indecorosas em plena via pública (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1966:5).*

Nesse trecho, o escritor da notícia policial apropria-se de maneira equivocada da fala do dono do fórró, transparecendo sua posição contra o funcionamento do estabelecimento quando no seu texto utiliza a palavra Baile entre aspas que dar ideia de ironia, de desprezo com o lugar de lazer da camada popular da cidade.

Na notícia, o escritor ainda enfatiza que os moradores das imediações não ficaram a concordar em absoluto com as afirmações do sr. Antão, pois os mesmos entraram novamente em contato com o jornal para dizer que o Fórró está importunando a família mais do que nunca.

A notícia policial desfecha com o escritor apresentando o capitão Benedito Lima Júnior como o responsável para esclarecer e averiguar quem está com razão sobre esse acontecimento no bairro da Liberdade<sup>2</sup>.

*Nestas alturas, só resta mesmo ao capitão Benedito Lima Júnior averiguar de uma vez por todas quem está com a razão, se o Sr. Antão, proprietário da “dança” ou as*

---

<sup>2</sup> Deixemos claro que a pesquisa ainda está em andamento e, por isso, não temos como esclarecer até então, se houveram mudanças no padrão repressivo antes e/ou depois do Golpe Militar de 1964 nesses espaços como o Fórró de Antão, onde existia em 1966, a presença de soldados da Polícia Militar “exclusivamente” para o fim de “manter a ordem”. Como também, pesquisar sobre a procedência do capitão Benedito Lima Júnior o qual foi citado na notícia para averiguar quem estava com razão.

*famílias que nos reclamaram pela segunda vez. Quanto a essas últimas, prometeram que da próxima vez que necessitarem de reclamar contra o funcionamento do referido baile, o farão devidamente documentadas com um abaixo-assinados de todas as pessoas residentes na localidade e que se julgam prejudicadas. Afirmaram, inclusive, que, na ocasião pediram a divulgação da referida lista pela imprensa (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1966:5).*

É interessante observar que a polícia como mantenedora da ordem e da disciplina dos cidadãos não toma posição diante do fato narrado pelos moradores, nem pelo dono do Forró. E todo esse conflito e tensões geradas envolveu a imprensa que mesmo assim resultou sem nenhum desfecho ou solução para o problema. Isso não quer dizer que a polícia não se comprometeu em coagir o sr. Antão para que fechasse, mudasse ou cumprisse as exigências para que o espaço de diversão funcionasse segundo as regras e normas ditadas pelas autoridades local.

Distante do ethos civilizatório, os frequentadores dos Forrós enquanto população afastada das instituições ditas legais sofreram preconceitos e desrespeito no sistema de justiça vigente no país da década de 1960, por possuírem práticas sociais e culturais diferentes das impostas pelas autoridades locais.

Diante da análise realizada, para compreender o Forró atualmente como música originária dos “de baixo”, socialmente falando, certamente por isso, discriminada, marginalizada e, em certos contextos, reprimida, torna-se aceita pelas camadas sociais médias e altas e finalmente passa a ser utilizada como ponto de identidade de uma cidade, tornando-se elemento fundamental da festa popular mais importante de Campina Grande, faz necessário nos debruçarmos nas questões acima destacadas, porque foram cenários como o Forró de Antão que forrozeiros tiveram espaços para mostrarem através dos foles de oito baixos e sanfonas a cultura do campo expressa nas músicas tocadas, cantadas e dançadas por trabalhadores e/ou agricultores da mesorregião de Campina Grande.

Para tanto, esse trabalho é apenas o início da pesquisa que venho desenvolvendo durante o Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande, que tem como objetivo principal analisar, no período que vai de 1947 a 1985, a dinâmica desenvolvida

pelo forró, estilo musical/ dançante que ascende de uma prática popular rural para a condição de um estilo musical/dançante da cidade Campina Grande.

- **Referências**

- **Fontes Impressas**

DIÁRIO DA BORBOREMA – *Campina Grande - Outubro de 1966 (Exemplar avulso existente no acervo de Átila Almeida na Universidade Estadual da Paraíba).*

- **Bibliografia:**

COSTA, Jean Henrique. *Luiz Gonzaga: entre o mito da pureza musical e a indústria cultura*. Revista Espaço Acadêmico, nº 130, março de 2012.

DREYFUS, Dominique. *A vida do viajante: A saga de Luiz Gonzaga*. 2ª Ed. São Paulo: Editora 34, 1997.

HOBBSAWN, Eric. *História Social do Jazz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

NAPOLITANO, Marcos. *História e Música*. 2ª ed.. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra. Cristino Pimentel: cidade e civilização em crônicas. In: ARANHA, Gervácio Batista *et al.* *A Paraíba no Império e na República: Estudos de História Social e Cultural*; 3ª Ed.; Campina Grande; EDUFPG, 2006.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa. Arrochar a titela, chambregar e criar um furdução: divertimentos e tensões sociais em Campina Grande (1945-1965). In: ARANHA, Gervácio Batista *et al.* *A Paraíba no Império e na República: Estudos de História Social e Cultural*; 3ª Ed.; Campina Grande; EDUFPG, 2006.

\_\_\_\_\_. *Lazeres permitidos, prazeres proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)*: UFPE, Recife, 2002 – Doutorado em História.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

TINHORÃO, José Ramos. *História Social da música popular brasileira*. São Paulo: Ed. 34, 1998.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. Tradução André Glaser, São Paulo: Editora Unesp, 2011.